

# DIMENSÕES SOCIOCÊNTRICAS DOS ESTUDOS SOCIAIS EM TORNO DOS "GRUPOS POBRES"

M.<sup>a</sup> de Fatima C. Toscano\*\*

## 1. Resumo

Abordam-se "os pobres", tendo como *interesse de investigação* a identificação das *dimensões sociocêntricas* dos discursos disponíveis sobre aquela problemática social.

Para este objectivo, optámos por esboçar os marcos históricos mais significativos — numa leitura longitudinal e retrospectiva das "pobrezas".

A estratégia metodológica consistiu na tentativa de reconstrução das *identidades socialmente atribuídas* àqueles grupos "pobres".

Tomámos como balizadores de construção dessa leitura as visões *colectivas das pobrezas* e os *sentimentos sociais* em que se aninhavam ou que manifestaram.

## 2. Pobreza, Moda e Pudores

*"O que se diz nunca é exacto/nenhuma voz nos dita/o que se passa/ Por isso a palavra é uma procura/ do que nunca se lhe entrega/ e é essa separação que a alimenta/ e nela se abre o horizonte/ do impronunciável."*  
(A. Ramos Rosa, *A Intacta Ferida*, 1991)

Ainda que as pobrezas não possam ser reduzidas a meros sentimentos isso não obsta à produção e interacção social de sentimentos "face aos pobres", "dos pobres" ou "a propósito dos pobres".

De toda uma diversidade de sentimentos socialmente produzidos face àqueles, surge o *pudor* como o *sentimento-mãe* em que se aninham outras sensibilidades emocionais para com os pobres.

\* Dada a extensão da comunicação inicial, optou-se pela elaboração de uma versão bastante resumida, que não inclui notas. Os números inseridos no texto remetem para as Referências Bibliográficas.

\*\* Licenciada em Sociologia pelo I. S. C. T. E.; Docente no I. S. de Serviço Social e Esc. S. de Enfermagem de Coimbra; Investigadora do C. I. E. S. e do I.E.D.S. O presente texto integra-se na Tese de Mestrado — Dep. de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa.

Ao sublinhar "o pudor" face aos pobres não se quer significar que esse mesmo sentimento se tenha mantido *intacto e inalterável*. Pensamos sim que os grupos socialmente designados como pobres têm sido alvo de diferentes manifestações de pudores, no sentido em que Jean-Claude Bologne nos propõe a delimitação dos *pudores de sentimentos*: "... o pudor surge mais como uma enfermidade do que como uma virtude. Serve para dissimular uma fraqueza, um ridículo, a falta de uma armadura (...). Porque as fraquezas são uma questão de moda." (6:9).

Aquelas diferentes manifestações pudicas aparecem-nos quer *enraizadas* em, quer *produtoras de visões colectivas* — mutáveis — do problema social "pobreza".

De facto, os pobres já foram vistos como *objectos sociais incómodos ou contagiosos* que urge *saciar* (beneficência individual ou privada), *policar e controlar* (beneficência pública — urbano-municipal, monárquica) ou *aprisonar* (hospitais gerais).

Foram preocupantes enquanto *Questão Social*: "*motores da história*" que urge *ordenar* (primeiros serviços sociais), *administrar* (proliferação de políticas sociais especificamente orientadas) ou *organizar* (movimento operário-sindical). Considerados ainda como entidades sociais que havia que *promover* (Movimento dos Animadores Sociais) ou *conhecer para intervir* ("laboratórios naturais de investigação" — Escola de Chicago).

Foram avaliados como *grupos ociosos e/ou contagiosos a rentabilizar* (surto do individualismo); como *bolsas de excesso ou carência de mão-de-obra* (lógica desenvolvimentista do capitalismo); como *barómetros das civilizações democráticas* (integração das, ditas, minorias sociais). Ou ainda como *empecilhos de modelos político-económicos*, quando insatisfeitos com o menu providente dos equipamentos sociais. E, finalmente, como *objectos de conhecimento, investigação e experimentação* (esforço financeiro e vertente técnica, desde os anos 80).

Neste sentido, então, poderemos discorrer que, actualmente, e mais especificamente no contexto europeu, "*A Pobreza*" *está na moda*.

E parece ser esta a forma mais eufemística de pudor, quer dizer: dissimulação de fraquezas, falta de armaduras. Porque oculta ou desvaloriza a realidade social. Porque não a reconhece como caracterizada por uma diversidade de grupos (estratos, classes ou movimentos sociais, conforme a escola sociológica). Porque não considera a complexidade do social como constituinte, distinguidora e diferenciável daquela realidade una. Logo, porque *não desmistifica o modelo de uma Pobreza social*.

Falamos do sucessivo cruzamento de critérios, perspectivas, tipologias e indicadores d'"*A Pobreza*", que tem redundado mais em traduzir as formulações disponíveis do que no reencontrar novos pontos focais e analíticos de racionalização dessas racionalidades e práticas diferentes e diversificadas.

Os factos e os acontecimentos sociais que a seguir se analisam são provenientes da reconstrução histórica das Instituições e/ou respostas vocacionadas para os grupos pobres. É a partir daquelas que tentaremos fundamentar as visões e sentimentos sociais face às pobrezaas.

Que tentaremos pois acompanhar o desfile sem preconceitos estéticos nem pudores sentimentais e, acima de tudo, ouvindo os seus sentimentos de sujeitos. Inevitavelmente, não esquecendo Duvignaud: "... les systèmes de pensée à la mode. Si cette dernière tente, en effet, de réduire, l'existence au discours, c'est au rebours qu'il faut aller — et de chercher des faits ou des événements qui, d'une manière ou d'autre, trouvent la trame d'une cohérence linguistique qui ne satisfait que ceux qui s'enferment dans une rhétorique abstraite (...) nous avons besoin(...) d'une investigation, d'une expérience qui retrouve avec les "choses mêmes", le gisement matériel d'une vie que nous arrachent trop aisément les technocraties déchainées." (13:9).

### 3. *Objecto Empírico Constante e Mutante*

*"Obsceno — é todo o edifício da vida tal como hoje a conhecemos."  
(H. Miller, Obscenidade e Reflexão, 1991:48)*

Consideram-se (5) os últimos anos do século XVIII, na Inglaterra do desenvolvimento industrial, como o contexto de surgimento de estudos das pobrezaas não estritamente moralistas ou humanitários — processo que integra o próprio desenvolvimento e afirmação das Ciências Sociais.

Efectivamente, os fenómenos "pobrezas" são reconhecidos e referidos quer por filósofos — desde a Antiguidade — quer por teólogos ou pensadores, ainda ao longo da Idade Média e até à industrialização. Com esta elaboram-se, sucessiva e gradualmente, trabalhos científicos que vão delimitando, até aos nossos dias, a "pobreza" enquanto objecto de estudo.

Salienta-se assim a *estabilidade constante* de uma *preocupação* para com os pobres, a qual é *primeiro moral ou filosófica*, tornando-se, *gradualmente, científica*.

Contudo, a *constância de tal preocupação social* não deve ser confundida com uma *continuidade das formulações conceptuais*, das *estratégias institucionais* ou do *"interesse" sociopolítico* nesses grupos — o que implica a compreensão da passagem da assistência anónima e/ou particular às formas públicas de assistência.

#### 3.1. *Pobres medievais em tudo... menos em espírito: visão lácrimo-fatalista*

Anteriormente à Revolução Industrial, na Europa do século XVI, confrontaram-se duas posturas distintas (21): a visão moralista e normativa da religião católica e a visão dos reformadores (luteranos, calvinistas ou jansenistas).

A primeira, que assentava no dogma do mérito das boas acções e obras de caridade condicionava — pelos envezamentos dos finalismos teológico-religiosos — a percepção dos "pobres". Estes eram considerados "(...) como *dignos de ayuda*, amistad y, desde luego, *piedad y caridad* (...)" (5:44; subl. n.).

Quanto aos Reformadores, ainda que "sur les autres points différaient autant entre eux que les couleurs de l'arc-en-ciel, s'accordaient tous sur celui-ci, que les bonnes oeuvres étaient inutiles pour le salut." (21:3). Por isso, o pensa-

mento da Reforma legitimária, antecipadamente, a passagem de uma assistência religiosa a uma assistência pública.

Para se captar esta municipalização e passagem das atitudes e obras caritativas à assistência pública, teremos que recuar ao período medieval, pois é neste período que a percepção e concepção católica dos grupos pobres — que designámos por *visão lácrimo-fatalista* — é dominante.

### 3.1.1. Os Pobres e a Salvação das Almas Ricas: da assistência religiosa à assistência pública

O pensamento teológico católico marca a preocupação medieval em ajudar e prestar caridade àqueles que não detinham os bens necessários à sua sobrevivência.

A compreensão da assistência caritativa medieval supõe que o sociólogo se posicione e repegue no quadro social e profundamente religioso da Idade Média (IM). Salientam-se de entre os seus valores estruturadores: "... bem/mal, virtude/pecado, pobreza/avareza, numa sociedade (...) em que os *pauperes* constituem a maioria da população, [o que] leva à formulação de uma teoria" (14:635) que se desenvolverá a partir da concepção de caridade do Apóstolo S. Paulo (3:631 e ss.).

A teoria que a história portuguesa nos apresenta como então corrente defendia que as boas acções e obras determinavam a salvação da alma (14:635). Logo, a *beneficência por espírito de caridade cristã repercutiria uma dupla intenção* "não só de melhorar a sorte dos desprotegidos como de promover a salvação da própria alma." (23:234). Daí que, segundo F. de Almeida, "Nunca as classes ricas se [tivessem mostrado] (...) animadas de tão grande fraternidade para com os pobres, em quem reconheciam direitos iguais perante Deus." (2:231).

Aliás, desde os primeiros séculos da monarquia, dispomos de textos legais que ilustram essa preocupação grande pelos mendigos — o rosto das situações de pobreza desenhada. Tal preocupação é apresentada por Ruy d'Abreu Torres como uma "larga cópia de leis e providência atinentes a proibi-la [mendicidade], a evitá-la, ou, pelo menos, a regulamentá-la." (26:18).

Tratava-se então de uma assistência ainda não assumida pelo Estado (o que só virá a suceder gradualmente com o movimento de centralização, desde o séc. XV) (22; 23), uma vez que "se considerava a protecção dos desamparados, não como uma obrigação da coroa, mas sim como um acto de piedade particular." (23:234).

Quem eram então esses desamparados ou pobres?

*a) os pobres: esse mal social necessário socialmente*

Em termos funcionalistas, e conseqüente com a visão católica lácrimo-fatalista, os pobres são um "mal necessário" para os não pobres, uma vez que, sem aqueles, estes não poderiam praticar a virtude: "Para o benemérito (...) o pobre é necessário para, por seu intermédio, poder praticar a caridade." (14:636). Este mal necessário transmutaria aquela *virtude* numa espécie de "acto de troca", uma vez que à realização das obras ou acções caritativas e beneméritas corresponderia o merecimento e mesmo garantia da salvação da alma (14:636).

Mas, à parte este reparo sobre a eficácia post-social (porque post-mortem) da caridade assistencial, é de salientar uma *diversidade* nos grupos-alvo daquelas práticas ante-mortem.

De facto, na época medieval, para além de serem considerados como pobres *aqueles que não detinham os meios necessários à sua subsistência*, também os *doentes, os velhos, os órfãos, as viúvas* ou os *peregrinos* eram assistidos enquanto carenciados.

A esta lista acrescentam-se ainda os *mendigos e indigentes, os pobres envergonhados* e os *pobres por vocação* — de que as ordens mendicantes são o mais significativo exemplo (26:19).

Quanto ao *pobre envergonhado*, é referenciado pelos historiadores principalmente nos finais do século XIII como o indivíduo que, "pela sua 'condição' social anterior, não podia estender a mão à caridade alheia" (14:637-638). O seu surto é atribuído à crise de meados do séc. XIII, tendo a sua situação sido agravada com a crise de meados do século seguinte.

Os *mendigos e indigentes* — também aliados aos vadios — eram todos aqueles que denotassem sinais de ociosidade, vagabundagem ("desvalidamento"). Por *falsos pobres* designavam-se todos os que manifestassem um "modo de vida indigno, de especulação torpe com a comiseração dos espíritos bem formados." (26:18).

Assim, a *pobreza, nesta era medieval, é identificada em Portugal com distintos grupos sociais, categorizáveis por:*

- "acidentes" pessoais: doentes, viúvas e órfãos;
- mobilidade social: pobres envergonhados;
- modo de vida: peregrinos, pobres por vocação e falsos pobres;
- carência de recursos: verdadeiros pobres.

E ainda que houvesse a consciência social desta diversidade de categorias pobres, é contudo a consciência da troca das obras de caridade por uma alma salva que aparece como atitude dominante na IM portuguesa.

Então, se a atitude da caridade se enraizava nesse *princípio da troca*, obviamente que a *distinção entre verdadeiros e falsos pobres* marca o sentimento dessa época, uma vez que só os primeiros poderiam ser os redimidores das almas pecadoras.

É a mesma atitude caritativa que se vai manifestar na *diversidade das entidades fundadoras e das obras criadas*, como passamos a desenvolver.

*b) quem e como se salvam os pobres (as almas?)?*

*Três características ressaltam na nossa IM: diversidade das obras criadas, sua dispersão geográfica e multiplicidade das entidades que as fundam* (4:642).

M.<sup>a</sup> de Lurdes Neto confirma esta multiplicidade das entidades fundadoras, à qual era comum um "espírito de caridade cristã", independentemente de se tratar de "ordens religiosas e militares, concelhos, confrarias de mesteres, reis e rainhas ou simples particulares." (23:234).

Esta mesma constatação é reforçada por outros autores (14:638), colocando contudo a tónica na iniciativa dos monarcas.

A multiplicidade dos fundadores não obsta porém a que se reconheça hoje uma dominância da Igreja que decorreria das condições sociais do Portugal nos primeiros tempos da sua independência e do próprio interesse central dos nobres e dos reis nas aventuras de guerra (2:237).

Uma outra característica das obras para pobres nos primeiros séculos da nossa monarquia é a *disseminação geográfica de variadas instituições* (23:234).

Efectivamente, tratava-se, na maior parte dos casos conhecidos, de *pequenas obras*, uma vez que — apesar do papel que o clero teria tido — a maior parte delas estaria dependente das doações e legados, o que não possibilitaria a administração de grandes instituições.

Por outro lado — repetimo-lo — o objectivo das obras era a acção caritativa, pelo que "o mérito da caridade não podia ser avaliado pela dimensão" das mesmas. (4:642).

À *diversidade das categorias pobres* correspondia ainda a diversidade das respostas a prestar. Gafarias, albergarias, hospitais, mercearias, remissão de cativos, acolhimento de órfãos e bodos aos pobres são as principais instituições portuguesas típicas da visão lácrimo-fatalista da pobreza. (23:234 e ss.; 14:636).

Estas respostas constituem-se por um *duplo movimento*: *Auto-organização* dos "envolvidos" pelas doenças-pestes-lepra (hospitais e gafarias), pelas peregrinações ou pela pobreza (albergarias) — patente na fundação de obras por concelhos, pelos grupos alvo ou por corporações de mesteres. *Processo tendencial de oficialização da assistência* — patente na resposta quer religiosa quer nobiliárquica e régia.

### 3.2. Do lácrimo-fatalismo à visão clínico-panóptica

À representação e à emocionalidade medievais sucederia, no *séc. XVI*, o que designamos por *visão urbano-municipalizante* das assistências públicas. Esta, parece-nos ter paralelo com o procedimento de concentração dos Hospitais e entre outras medidas assumidas por D. João II e registadas nas Ordenações Manuelinas (1512-1521) (3:648).

Por um lado, trata-se de instituições novas "que organizam de forma colectiva e laica a caridade pública" (8:27) e que se enraizam num *sentimento de depuração, recenseamento e policiamento social*.

Como designações simbólicas exemplares dessas novas sensibilidades em vários países da sociedade europeia temos: a "Chambre des Pauvres", o "Bureau des Pauvres", a "Communauté des Pauvres", a(s) "Aumône(s) Générale(s)" ou as Misericórdias Portuguesas (9).

Paralelamente a este pólo inovador, assiste-se ainda à própria continuidade do movimento que se vinha desenvolvendo desde a primeira metade do século XIV: a *municipalização e laicização de antigas instituições hospitalares* (8:26-28; cf. tb 21).

Assim, a *dimensão pública e municipal* visa substituir o anonimato e a *universalidade da esmola antiga*, causadora de desordens sociais. Duas razões continuavam a estar na base de tais desordens:

- (15) GOLDMANN, L., (1976), *A Criação Cultural na Sociedade Moderna — Para Uma Sociologia da Totalidade*, Lx., ed. Presença, 2.<sup>a</sup> ed. (1.<sup>a</sup> ed. franc.<sup>a</sup>: 1971): 189 pp.;
- (16) GUERRA, I., (1991), *Changements Urbains et Modes de Vie dans la Peninsule de Setubal*, Dissert. de Dout., França, Chap. VII (polic.);
- (17) HERPIN, N., (1982), *A Sociologia Americana — tendências e escolas*, Porto, ed. Afrontamento, (1.<sup>a</sup> ed. franc.<sup>a</sup> 1973): 199 pp.;
- (18) HESS, R., (1983), *Sociologia de Intervenção*, Porto, rés ed.: 222 pp.;
- (19) HIERNAUX, J. -P. e BODSON, D., (1981), *LA FACE CACHÉE — Pauvreté, Politique Sociale, Action Urbaine*, Bruxelles, Les éd. Vie Ouvrière: 310 pp.;
- (20) KASTERSZTEIN, J., (1981), "Aspects Psychosociaux de l'identité", *Information sur les Sciences Sociales*, 20(1): 95-109 pp.;
- (21) LALLEMAND, M. L., (1910), *Histoire de la Charité*, Paris, Lib. Alphonse Picard et Fils, Tome Quatrième — Les Temps Modernes (du XVI au XIX siècle): 1.<sup>ère</sup>. Partie: 624 pp.; 2.<sup>ème</sup>. Partie: 527 pp.;
- (22) MARQUES, A. H. de O., (1978), *História de Portugal*, vol. I — Das Origens às Revoluções Liberais, Lx., Palas ed., 8.<sup>a</sup> ed. (1.<sup>a</sup> ed.: 1972): 699 pp.;
- (23) NETO, M. L. do C., (1963), "Assistência Pública", (25) — vol. I: 234-236;
- (24) ROMÃO, Maurício E. C., (1982), "Considerações sobre o conceito de pobreza", *Revista Brasileira de Economia*, vol. 36 (4), Out.-Dez.: 355-370;
- (25) SERRÃO, J., (1963) (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lx., Iniciativas ed.; vol. I, 1963: 858 pp.; vol. II, 1971a: 985 pp.; vol. III, 1971b: 897 pp.; vol. IV, 1971c: 743 pp.;
- (26) TORRES, R. d'A., (1971), "Mendicidade", (25)-vol. III:18-19;
- (27) TOSCANO, M. F. C., (1992), "Os conceitos de Pobreza como categorias de análise sociocêntrica — uma leitura das abordagens sociológicas do industrialismo", *Forum Sociológico*, n.º 1, Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica, Dep. de Sociologia da Univ. Nova de Lisboa: 121-155.
- (28) TOSCANO, M. F. C., (1989), "A Guerrilha e o Guerrilheiro — Problemas Reais e / ou Simbólicos dos Técnicos de Intervenção No e Sobre o Social" *Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, CTS/ACTD, n.º 10: *Ética e Investigação Científica*: 66-74.

Todavia, no mesmo século manifestam-se também as oposições entre as políticas municipal e monárquica, nomeadamente no que concerne ao défices económicos (suporte e gestão) dos hospitais gerais. Essas oposições levariam à necessidade de os hospitais disporem de contribuições monárquicas — porém, sempre insuficientes.

Assim, neste século parece estar-se perante uma forte condenação (*policial e mercantilista*) do poder relativamente aos pobres. Do ponto de vista da sociedade civil, porém, são despoletadas visões dos pobres não coincidentes com a visão higieno-productivista.

É o caso dos notáveis, que revelam alguma inércia ou mesmo posicionamento de resistência e oposição relativamente às instituições específicas para pobres — que iam entrando em decadência, como referimos.

É também o caso dos grupos populares que, através de práticas de solidariedade, manifestam a consciência da ameaçadora proximidade da sua posição à dos "pobres".

*Resistências na aplicação das legislações reais, dificuldades financeiras e de recursos humanos para a manutenção da política de prisão dos mendigos válidos são indicadores de diferentes visões do mundo coexistentes e em tensão no século XVIII (8:41).*

Esta tensão da época — ao nível das representações sociais — é ilustrada pela discussão em torno das instituições de acolhimento permanente dos pobres e pela tendência de inversão da medida social a tomar face aos pobres: "Os valores invertem-se: não é o hospital que deve ser manufactura, mas a manufactura que deve apagar a pobreza. No plano das mentalidades mais que no das realidades, o pobre dá lugar ao proletário." (8:42).

Curiosamente, nos séculos seguintes vão concentrar-se os esforços de investigação e intervenção nos contextos sociais constituintes da proletarização industrial.

#### 3.4. De objecto de medidas municipais a objecto de estudo, de intervenção e de administração

Na verdade, a este objecto de medidas municipais e monárquicas viria então a ser acrescida a qualidade de *objecto de estudo progressivo*. O seu desenvolvimento dar-se-ia durante todo o século XIX, estendendo-se, em crescendo, aos vários pólos dinamizadores da industrialização: Manchester, por F. Engels, e Londres, por Charles Booth, terão sido os primeiros alvos destes estudos sociais.

E ainda que o campo disciplinar não se tenha restringido à Sociologia (antes pelo contrário), é fundamental remeter aqui para a relação entre a constituição desta ciência do social com o processo estatístico e o objecto de estudo "pobreza".

Nesta ordem de ideias, o problema contextual, por excelência, do surgimento da abordagem sociológica pode ser redefinido como "as situações de pobreza social": "Dado que são os periféricos do sistema, os pobres, que inquietam, é a eles que a sociologia vai tomar como objecto. (...) É, aliás, o terreno (o objecto) que vai unificar a sociologia." (18:76; cf. tb. 7:16-17).

A instabilidade social (1:91 e ss. e 11) criada pelos grupos "periféricos" do ocidente, fundamentam, por outro lado, um desenvolvimento de instituições

(cf. *Organizações Filantrópicas e Sociedades de Observação*, in 18:78). que vão, gradualmente, diversificando ainda mais a sua acção tradicionalmente caritativa com o proliferar dos "inquéritos de controlo social" (18:76-77).

#### *Visão estatístico-normativa da pobreza e divisão da Questão Social*

Se o "processo estatístico", isto é, a colecção dos registos de informações variadíssimas sobre as camadas operárias — que é mais significativo e sistemático na Grã-Bretanha (G.-B.) — esteve, inicialmente, a cargo das sociedades filantrópicas ou estatísticas, passaria gradualmente, ao longo do séc. XIX, a fixar-se nos departamentos da Administração do Estado. Assim se cristalizaria uma *visão estatístico-normativa d' "A Pobreza"*.

É esta burocratização, com conseqüente departamentalização dos serviços oficiais, que vai investir na eficácia de um controlo normalizador dos pobres (17:53). Ao mesmo tempo, cria-se e aprofunda-se a divisão, até hoje conhecida, entre funcionários/trabalhadores de terreno e especialistas de gabinete (18:77-78).

Ora, o processo estatístico tanto podia consistir num trabalho exaustivo de inquirição — que se associa à especificidade profissional do trabalhador social — como, no caso dos movimentos dos Animadores Sociais (G.-B. e E. U. A.) num trabalho de campo "que não é somente (...) de observar o que se passava (...) como nos primeiros investigadores que tinham um projecto estatístico, mas que funciona realmente na intervenção social." (Hess, 18:79).

Neste último caso, deparamo-nos com grupos de voluntários (jovens ou mulheres), na grande maioria das camadas sociais mais elevadas, que perspectivam as primeiras escolas de Sociologia dos E. U. A. — Colômbia (1880), Chicago (1891) — e os fundamentos (ainda actuais) da intervenção sociológica (18:78 e ss.; 17:53 e ss.).

#### *O movimento de organização operária: as solidariedades pela revolta*

Importa igualmente não esquecer que, ao esforço institucional ou das Administrações para solucionar este problema e objecto de desconhecimento, corresponde, simultaneamente, toda uma dinâmica de organização por parte dos próprios operários. Falamos das sociedades de Ajuda Mútua, dos posteriores Sindicatos ou Organizações Políticas Operárias que representaram "... movimientos que luchaban contra las desigualdades y las pobrezas, por un lado; así como contra la acumulación de riqueza, propiedad y poder por la burguesía, por otro." (5:61).

Aqui, os *sentimentos unificadores* balizavam tanto a revolta como a *solidariedade comunal e (ou) corporativa*, segundo uma *visão político-conflitual* — podendo deduzir-se, mais uma vez, que é com o *desenvolvimento do industrialismo urbano-capitalista* que se dinamizam as formas sociais (disciplinares, administrativas, técnicas e políticas) de racionalização do social.

### *O umbigo industrial urbano-capitalista*

Este social, definido pelos sociólogos do tempo (27) tanto como estruturas de práticas que se articulam pela diferenciação de interesses (K. Marx, 1818-1883) como coisa funcional (Durkheim, 1857-1917), quanto como interação comunicante pela sua influência (Max Weber, 1864-1920) — esse social é centrado, preferencialmente, no modo de vida industrial e nas suas condições de vida.

Ou seja, o todo social é só a "parte" industrial do todo social.

Mas o *todo social*, centrado no modo de vida industrializado, é *especificamente focalizado nos contextos sociais mais difíceis de industrializar*: na "fatia" dessa "parte" do todo social "ainda não socializado" pelo modelo do desenvolvimento industrialista.

E ao dinamizar-se em torno de visões e sentimentos, quer legitimadores quer radicalmente questionadores, aquela racionalização centrava-se, portanto, na representação do modo de vida industrial.

Isto é: ao girar em torno do industrialismo urbano-capitalista, o discurso de racionalização "das pobrezaas" é emitido de dentro da própria comunicação, confundindo emissor e discurso. Assim como se alguém andasse à procura dos óculos com eles colados ao nariz...

É pois este contexto que ressoa noutros sentimentos e visões posteriormente codificados — e que vão perpassar as conceptualizações contemporâneas d'"A Pobreza" — que, por condicionalismos de espaço, nos limitaremos a enunciar muito brevemente.

#### *4. Objecto Empírico Mutante, Objecto Teórico Dicotómico e Fragmentário*

Se retomarmos o século XX, é saliente que, à preocupação de desenvolver os métodos empíricos (nas primeiras três décadas), a crise de 29 dos países mais industrializados vem acrescentar o interesse nos estudos periódicos sobre as pobrezaas sociais. Este interesse revelar-se-á cada vez mais persistente, pois a consagração da lógica industrial-capitalista se sentirá gradualmente incomodada com a afronta desses grupos que, escandalosamente, pareciam retirar todo o sentido moralista aos ideais de liberalismo e democracia económico-sociais.

Convém aqui distinguir os diversos efeitos sociais dos estudos até aí desenvolvidos. Efectivamente,

i) *se a identificação do "volume ou número de famílias com níveis de vida que se consideravam (...) de pobreza" (5:69), decorrente dos e inerente aos estudos dos finais do século XIX (nomeadamente os de Engels sobre a classe operária em Inglaterra), fundamentariam:*

- *quer as (atrás mencionadas) primeiras formas de administração pública de serviços sociais orientados para os "pobres";*
- *quer a argumentação dos movimentos político, operário e sindical — ao salientarem as péssimas condições de vida daquela mão-de-obra bem como a sua progressiva deterioração a par do processo de concentração urbana;*

ii) se a escola sociológica de Chicago abordava as pobrezaas como problema natural, isto é, estrutural-produzido pelo modelo industrial-urbano;

iii) parece-nos que, no período seguinte à crise de 29, os estudos das pobrezaas nos países industriais sofrem um reforço do seu carácter sociocêntrico: visa-se a identificação, caracterização e localização daqueles grupos sociais como meio de ordenar o de desenvolvimento social mediante a consagração do modelo industrial.

#### 4.1. *Visão objectiva e absoluta*

Até aos anos 50, e numa *visão normativa presente desde inícios do séc. XX, a pobreza é objectiva e absoluta.*

Este *critério objectivo* de definição das pobrezaas — isto é, a sua concepção como problema em si — assente na *perspectiva (absoluta) da subsistência*, seria alvo de reformulações sucessivas, abrangendo, fundamentalmente, duas "espécies" de pobreza: *material* (enfoques biológico, das necessidades básicas, dos salários mínimos e dos recursos familiares); e *não material* (enfoques da "sobrevivência decente", da carência de / acesso a recursos).

#### 4.2. *Visões técnico-redentora e da mãe-galinha*

Nos anos 50, a pobreza é objectiva, mas relativa.

Efectivamente, é dominante o que apelidamos *sentimento do umbigo seco do industrialismo optimista*, que só pode aceitar os grupos carenciados no seu próprio espaço social como formas disfuncionais. Trata-se de uma visão da pobreza como *imperfeições pontuais d'O MODELO económico-social* que fundamenta a crença da sua superação mediante respostas técnicas ou equipamentos sociais — redenção das sociedades industrializadas.

A persistência da pobreza nos países industriais com sucesso como a Suécia ou a Alemanha reorientou as conceptualizações e os seus efeitos — em termos de medidas sociais. Assim, *passa-se da dominância do critério absoluto à dominância do critério de relatividade social dos padrões a utilizar* (10:280 e 24:365).

Das *várias perspectivas de pobreza relativa*, salientam-se as perspectivas da desigualdade, da integração deficiente, da exclusão e da privação relativa (24:358; 10:281-284 e 5:21 e ss. e 403 e ss.).

Numa abordagem global — e como linha de pesquisa a perseguir posteriormente — parece manifestar-se, desde os anos 50 até à crise da década de 70, a dominância, face à pobreza, do que designamos como *sentimento do umbigo seco do industrialismo*.

Este sentimento é objectivável em dois corolários:

— a esperança na reabilitação dos "menos desenvolvidos" — quer fossem endógenos, quer exógenos ao MUNDO MODELO INDUSTRIAL;

— a crença (plano mítico-histórico) de que a solução (plano do imaginário) era "difundir" a troca industrial-capitalista (plano empírico-histórico);

Nesta ordem de ideias, ao *sentimento do umbigo seco corresponderiam* duas representações das pobrezaas:

- ao nível interno, a visão da mãe-galinha;
- ao nível externo, a visão técnico-redentora dos pobres.

*Em casa*, o Ocidente industrializado pensou que resolveria o problema mediante a continuação e proliferação de serviços técnicos especializados. São os equipamentos sociais para idosos, primeira infância e juventude. São as técnicas activas psicossociais ou sociopolíticas. São as Políticas Sociais que passam a rentabilizar politicamente a noção do Homem Global — o produtor e o utente do modo de vida industrial.

*Fora de casa*, a transferência dessa lógica económico-industrial é feita simultaneamente com a transferência tecnológica: é a exportação de modelos de ensino, de professores, de enfermeiros, de médicos, de engenheiros ou de outra mão-de-obra especializada; é a "oferta" (mediante trocas nem sempre ventiladas a público) de todo um complexo de tecnologias e capitais — envio que se faz sob o argumento de que havia que equipar o "Terceiro" Mundo. É ainda a "importação" de mão-de-obra não especializada, mas rentabilizada nos territórios industrializados.

*Equipar e equiparar* — práticas constituintes do Estado Providência, estratégia alimentadora da *visão técnico-redentora dos "grupos pobres"*.

Porém, este é o contexto que, simultaneamente, face aos limites dos critérios de relatividade e de absolutização da análise e mensuração das pobrezaas, se caracterizou pela produção de perspectivas críticas e internas a cada um daqueles critérios.

De facto, no fim da década de 70, uma nova reconceptualização se vai verificar, decorrente do redimensionar do *objecto empírico constante e mutante* que as pobrezaas têm vindo a ser.

#### 4.3. O sentimento da providência decadente e a visão das pobrezaas como desigualdades indesejáveis — a crise dos anos 70

Tal reconceptualização da pobrezaa decorre fundamentalmente da crise económico-social da segunda metade da década de 70, quando as sociedades (post)industriais são confrontadas já não com a mera persistência dos grupos pobres — como há vinte anos ocorrera — mas com os "novos pobres" (5:64-65).

Está-se perante um fenómeno com algumas afinidades com o verificado nos séculos XVII e XVIII (cf. *visão urbano-clínico-panóptica da pobrezaa*), vivenciado agora já não pelas classes mais baixas da sociedade mas pelas *classes médias*.

Trata-se da consciência de que elas próprias se tornam nos novos pobres: "os outros", que são elas próprias.

Deste modo se entende que a reconceptualização das pobrezaas vá conciliar *as abordagens relativa e absoluta e valorizar a dimensão subjectiva bem como as tipologias dicotómicas de pobrezaa* (10; 19).

Prestes a terminar, não podíamos todavia passar sem simplesmente mencionar que, ao *sentimento da providência decadente* contrapor-se-á, nos anos 80, um sentimento mais construtivo, se bem que não menos hegemónico que o *sentimento do umbigo seco* dos anos 50.

É o *sentimento da unidade europeia*. São os Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza dos anos 80 — aos quais Portugal não escapa — e que não escondem a *visão da esponja industrial ensopada de pobres*. Contudo, o nosso espaço acaba aqui: às portas dos anos 80!

5. *Conclusão: Pobrezas: a Racionalização da Racionalidade d' "Os Outros" — por uma abordagem dos sujeitos sociais*

*"Nenhuma coisa procura / na palavra o seu nome mas a nossa voz por vezes / é a voz do seu silêncio" (A. R. Rosa, 1991.)*

A. Fizemos um longo ainda que superficial caminho pelos sentimentos ou visões das pobreza, como estratégia metodológica para fundamentar que os grupos sociais pobres têm sido quer analisados de um ponto de vista sociocêntrico interior ao modo de desenvolvimento industrialista quer vistos como empecilhos sociais de não afirmação cabal desse modelo.

B. Pensamos que os *pobres* têm sido uma *moda constante* — ainda que percebida, investigada e intervencionada de diferentes modos, consoante a sua *mutabilidade empírica*. Quer dizer: pobres têm sido sempre os grupos inferiormente situados nos espaços sociais; a manifestação dessa inferioridade hierárquica e a argumentação para a sua classificação como inferiores é que tem mudado.

B1. enquanto indigentes, preguiçosos, propagadores de epidemias, desordeiros sociais ou mendigos — antes da generalização do modelo industrial ocidental — foram alvo de:

- *assistência* — que passou do tipo particular ao municipal;
- *evangelização* — gradualmente articulada ao combate municipal às ociosidades;
- *prisão* — de gestão municipal ou mista (poder real);
- *solidariedades* — pelos possíveis-futuros-pobres;
- *proletarização* — legitimação pela produtividade.

B2. enquanto proletários, trabalhadores, produtores, força de trabalho, eleitores, residentes — durante e com a consolidação mutante do modelo industrialista — foram alvo de:

- *filantropia* — diversificação das visitas de clínica social;
- *observação e registo* — diversificação metodológica;
- *intervenção oficial e local* — constituição dos primeiros serviços sociais e modelos de intervenção sociológica em meio urbano;
- *repressão e exploração* — afirmação do movimento operário e sindical;
- *estudos comparativos e medidas tipificadoras* — desidentificação social;
- *estudos inovadores mas localizados* — individualização;
- *propostas de reconhecimento enquanto identidades diversificadas* — conceptualização enquanto processos sociais.

C. Sublinhámos que o *contexto de surgimento*, por excelência, da *sociologia* — e especificamente da *sociologia de intervenção* — *também foi o contexto do desenvolvimento industrialista e de reconhecimento do proletariado como uma forma das pobreza sociais, originando abordagens científicas e técnicas da Questão Social.*

Contudo, e apesar do naturalismo de algumas das iniciais propostas de análise e intervenção científica das pobreza (ex.<sup>o</sup>: Escola de Chicago), queremos sublinhar esta vertente da sociologia.

Porque ela surge aí como uma prática social que se propõe articular a produção do conhecimento relativo às práticas sociais "pobres" — investigação — à produção de estratégias e metodologias de actuação nessas práticas sociais-intervenção. Porque ela se propõe ser o contraponto às tendências de análise do social que opõem "teoria-conhecimento" a "metodologia-prática" — contraponto necessário para a discussão conceptual da pobreza enquanto *facto social*.

C1. considerámos pois que a *divisão "forçada" do trabalho social* e, consequentemente, das competências profissionais dos técnicos do social — trabalhadores sociais (terreno) e investigadores (departamentos/gabinetes) — não sendo padronizada a todas as esferas de acção social, *resultou, paradoxal e simultaneamente, na "divisão da questão social"*. Isto ocorreu, mediante a separação entre um pólo de intervenção na "Pobreza" e um pólo do conhecimento sobre/de os "Pobres". Resultou, pois, na divisão da problemática social que fora, simultaneamente, o contexto (social) concreto de unificação do conhecimento sociológico.

C2. a atitude sociológica obriga-nos ainda a alertar para a eficácia burocrática e normalizadora deste processo que fomentou uma *visão dicotómica do social e, concretamente, das pobreza*s.

Esta visão será tanto mais eficaz quanto mais permitir ou legitimar a separação entre:

i) os detentores dos capitais culturais e intelectuais — trabalhadores sociais em sentido amplo — e os possuidores dos capitais estratégicos que definem os modos de vida "periféricos";

ii) os grupos-alvo — no caso específico, "os pobres";

iii) os decisores e reorganizadores das linhas de política social — os políticos.

E a melhor estratégia para garantir essa eficácia normalizadora foi, sem dúvida, a *divisão "forçada" das competências dos trabalhadores sociais*. Esta reduziria, obviamente, a margem de fundamentação técnica de novas políticas sociais, uma vez que a própria corporação dos profissionais do social era assim minada interiormente.

Obviamente que, mediante a separação entre os que conhecem "o terreno" e os que rebuscam novas perspectivas de análise e compreensão (indispensáveis nas estratégias de intervenção social), se domestica a capacidade crítica de que as ciências sociais não podem abdicar. Porque a capacidade crítica é o único garante de não incorrecção em novos finalismos — tão apelidados de "distorções ao olhar sociológico", aquando do seu período de formação.

D. Salientámos que a *dicotomia* e o *sociocentrismo* das *abordagens das pobreza*s se objectiva também na própria *mutabilidade das conceptualizações teóricas*:

D1. *os pobres são os outros*, nos períodos "ante" e industrializador:

- *visão passiva* (os sujeitos, os malcheirosos, os doentes; os indolentes, os vadios, os mendigos; os ociosos, os desordeiros);

- *visão dinâmica* (os que não produzem ao ritmo da máquina; os que não aceitam os horários da fábrica; os que não se encaixam no proletariado).

D2. *os pobres são os outros* no período industrialista e pós-industrial:

- *visão normalizadora* (os que não conseguem subsistir; os diferentes — que não se integram ou são excluídos; os acidentalmente pobres ou que incorrem no risco de o vir a ser).

E. Salientámos que o mesmo *ponto de vista dicotómico e sociocêntrico* tendeu a omitir o *carácter relacional dos contextos sociais*:

E1. *pobres são "os outros" com que "os uns" estabelecem*: solidariedades contra os hospitais gerais; discriminações ghéthificadoras; regulamentações; programas de auxílio; trabalho de campo; interpretações científicas; gestões administrativas; planos de subsídios eventuais; programas de realojamento; políticas de protecção; projectos de intervenção; estratégias de reinserção; movimentos de xenofobia;

E2. *pobres são "os-outros-si-próprios"*, os *estilos de vida que "os uns" sentem como seu-futuro-ameaça-possível*: artesãos e povo, nos séculos XVII e XVIII; classes médias, no findar do séc. XX.

F. Sublinhámos ainda que as *crises do modelo industrializador* e as *pobrezas constituintes e decorrentes* destas crises nos têm trazido *percepções mutantes das pobreza*s que nos deixaram a *dominância de políticas, conceitos e técnicas fragmentárias, dicotómicas*.

Por isso, uma única certeza temos: *a de que às perspectivas críticas em curso na produção sociológica têm de corresponder "vontades" políticas para que a erradicação das pobreza*s seja uma realidade.

E isto *sob pena de "A Pobreza" continuar a ser uma mera Moda*, não só pela sua continuidade — ainda que mutante com os outros processos sociais — mas, quiçá, por ter sido *dos objectos empíricos com mais charme (12) que a obscenidade da vida ocidental expôs aos investigadores e lobbies de políticos modernos*.

Este foi um contributo para as reconceptualizações contemporâneas que se estão tecendo.

Por uma visão integrada e integradora dos desenvolvimentos humanos no mundo, que é dizer: pelas condições humanas.

Pelas ciências humanas e sociais que devolvam, a essas diversificadas condições humanas, as suas vertentes naturais, culturais e sociais — de grupos humanos.

Termina-se, com a voz dos sentimentos plena de racionalidade e lucidez que, por enquanto, e até aos nossos dias, parece que só a poesia terá conseguido fundir, de forma continuada:

*"Desejaria adormecer no ouvido da noite/mas o que será ouvido da noite?"*  
(A. Ramos Rosa, 1991)

## BIBLIOGRAFIA

- (1) AKOUN, A. (1974), "A Sociologia" in CHÂTELET, F. (1974), *A Filosofia das Ciências Sociais*, Lx., Pub. D. Quixote: 91-94;
- (2) ALMEIDA, F. de (1970), (Dir.), *História da Igreja em Portugal*, Porto, Portucaleense ed. SARL, vol. I(1.ª ed. 1967);
- (3) ANDRADE, A. A. Banha de, (1979), (Dir.), "Assistência Social Caritativa", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Lx. ed. Resistência: 631-717;
- (4) A., M. E. e P., F. J., (1979), (3): 640-661;
- (5) BOTELLA, F. J. Navarro, (1984), (Dir. e Coord.); Alonso, F. Javier; Benavides, Teresa; Armanz, Enrique; Lorente, Santiago; Macías, Carmen; Santiago, F. Javier, (1984), *Pobreza y Marginación*, Madrid, Caritas Espanola/Documentación Social — *Revista de Estudios Sociales y de Sociales y de Sociologia Aplicada*, n.ºs. 56-57: 465 pp.;
- (6) BOLOGNE, Jean-Claude, (1990), *História do Pudor*, Lx., ed. Teorema, trad. Telma Costa, (1.ª ed. franc.ª 1986): 445 pp.;
- (7) BOTTOMORE, T. B., (1970), *Introdução à Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar ed., (1.ª ed. 1962): 283 pp.;
- (8) CHARTIER, Roger, (1985), "La Pauvreté à l'âge moderne (XVIe — XVIIIe siècles). Définitions, représentations, institutions" in FRACASSI, A. et. al., (1985), *La Pauvreté — une approche plurielle*, Paris, les éd. E. S. F.: 25-43 pp.;
- (9) CORREIA, F. da Silva, (1971), "Misericórdias", (25)-vol. III:76-80;
- (10) COSTA, A. Bruto da, (1984), "Conceito de Pobreza", *Estudos de Economia*, vol. IV, n.º 3, Abr. -Jun.: 275-294;
- (11) CUVILLIER, A., (1974), *Introduction à la Sociologie*, Paris, Armand Colin, (1.ª ed. 1936), 6.ª ed.: 224 pp.;
- (12) DEMO, P., (1980), "A Pobreza também tem charme", *Serviço Social & Sociedade*, n.º 3, Ano I, Out.: 49-57;
- (13) DUVIGNAUD, J., (1977), *Lieux et Non Lieux*, Paris, éd. Galilée: 153 pp.;
- (14) F., M. J., (1979), (3): 635-640;

- (15) GOLDMANN, L., (1976), *A Criação Cultural na Sociedade Moderna — Para Uma Sociologia da Totalidade*, Lx., ed. Presença, 2.<sup>a</sup> ed. (1.<sup>a</sup> ed. franc.<sup>a</sup>: 1971): 189 pp.;
- (16) GUERRA, I., (1991), *Changements Urbains et Modes de Vie dans la Peninsule de Setubal*, Dissert. de Dout., França, Chap. VII (polic.);
- (17) HERPIN, N., (1982), *A Sociologia Americana — tendências e escolas*, Porto, ed. Afrontamento, (1.<sup>a</sup> ed. franc.<sup>a</sup> 1973): 199 pp.;
- (18) HESS, R., (1983), *Sociologia de Intervenção*, Porto, rés ed.: 222 pp.;
- (19) HIERNAUX, J. -P. e BODSON, D., (1981), *LA FACE CACHÉE — Pauvreté, Politique Sociale, Action Urbaine*, Bruxelles, Les éd. Vie Ouvrière: 310 pp.;
- (20) KASTERSZTEIN, J., (1981), "Aspects Psychosociaux de l'identité", *Information sur les Sciences Sociales*, 20(1): 95-109 pp.;
- (21) LALLEMAND, M. L., (1910), *Histoire de la Charité*, Paris, Lib. Alphonse Picard et Fils, Tome Quatrième — Les Temps Modernes (du XVI au XIX siècle): 1.<sup>ère</sup> Partie: 624 pp.; 2.<sup>ème</sup> Partie: 527 pp.;
- (22) MARQUES, A. H. de O., (1978), *História de Portugal*, vol. I — Das Origens às Revoluções Liberais, Lx., Palas ed., 8.<sup>a</sup> ed. (1.<sup>a</sup> ed.: 1972): 699 pp.;
- (23) NETO, M. L. do C., (1963), "Assistência Pública", (25) — vol. I: 234-236;
- (24) ROMÃO, Maurício E. C., (1982), "Considerações sobre o conceito de pobreza", *Revista Brasileira de Economia*, vol. 36 (4), Out.-Dez.: 355-370;
- (25) SERRÃO, J., (1963) (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lx., Iniciativas ed.; vol. I, 1963: 858 pp.; vol. II, 1971a: 985 pp.; vol. III, 1971b: 897 pp.; vol. IV, 1971c: 743 pp.;
- (26) TORRES, R. d'A., (1971), "Mendicidade", (25)-vol. III:18-19;
- (27) TOSCANO, M. F. C., (1992), "Os conceitos de Pobreza como categorias de análise sociocêntrica — uma leitura das abordagens sociológicas do industrialismo", *Forum Sociológico*, n.º 1, Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica, Dep. de Sociologia da Univ. Nova de Lisboa: 121-155.
- (28) TOSCANO, M. F. C., (1989), "A Guerrilha e o Guerrilheiro — Problemas Reais e / ou Simbólicos dos Técnicos de Intervenção No e Sobre o Social" *Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, CTS/ACTD, n.º 10: *Ética e Investigação Científica*: 66-74.